

RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.244 - RS (2017/0054162-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **INTERMOBILI MANUFATURA DE MOVEIS LTDA - ME**
ADVOGADO : **MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA - PR035575**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que possuiu a seguinte ementa (e-STJ fl. 400):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO AFASTADA. PECULIARIDADE DO CASO.

Em que pese a alienação tenha sido efetuada após a inscrição em dívida ativa, no caso dos autos, a embargante apresentou diversos documentos que comprovam a origem do crédito que possuía em desfavor da executada (que é anterior à inscrição em dívida ativa e à citação).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 426/430)

No especial, a FAZENDA alega violação do art. 1.022 do CPC/2015 e do art. 185 do CTN. Em síntese, além de omissão do acórdão recorrido em se pronunciar acerca das questões postas nos embargos de declaração, afirma que, se a alienação do bem constrito foi realizada posteriormente à Lei Complementar 118/2005, cuja vigência se iniciou em 09/06/2005, presume-se fraudulento o negócio jurídico posterior à inscrição do crédito tributário em dívida ativa, nos termos do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.141.990/PR.

Aduz que, no caso dos autos, apesar de ter sido reconhecida a aplicabilidade da nova redação do art. 185 do CTN, dada pela LC 118/2005, o Tribunal de origem afastou a presunção de fraude, pois "a 'razão lógica' para a transferência do referido bem seria anterior à inscrição em dívida ativa" (e-STJ fl. 438).

As contrarrazões não foram oferecidas (e-STJ fl. 450).

O recurso foi admitido às e-STJ fl. 453.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial teve

origem em embargos de terceiro opostos pela INTERMOBILI MANUFATURA DE MÓVEIS LTDA. – ME., julgados procedentes em primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 112/116), uma vez que, segundo a sentença, a prova produzida nos autos teria afastado a presunção de fraude à execução invocada pela União.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação. Destaco os fundamentos do julgado (e-STJ fls. 397/398):

A sentença da lavra do eminente Juiz Federal Lília Côrtes de Carvalho de Martino deve ser mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto como razões de decidir:

(...) Não se discute que a fraude à execução comum não se confunde com a fraude à execução fiscal, que é regida pelo art. 185 do CTN, que assim dispõe:

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Não é possível compactuar com o entendimento de alguns no sentido de que a presunção referida no dispositivo acima seria absoluta, pois me parece óbvio tanto pela sua redação quanto pela sua natureza que se trata de uma presunção apenas relativa, prevista com o descarado intuito de inverter o ônus da prova em favor da Fazenda Pública, facilitando a cobrança de seus créditos pelo Poder Público. Se diferente fosse a intenção do legislador, muito mais claro e fácil seria consignar no dispositivo uma previsão direta do tipo 'é fraudulenta', e não 'presume-se fraudulenta'. Ademais, saliento que, se assim não fosse, estaria sepultado todo e qualquer o valor da boa-fé que se pode atribuir a terceiro.

Noto que a embargante apresentou diversos documentos que comprovam a origem do crédito que possuía em desfavor da executada (que é anterior à inscrição em dívida ativa e à citação) e, consequentemente, a razão bastante lógica para a transferência do veículo (evento 1 - OUT4, OUT5, OUT9 e OUT10), bem como o exercício da propriedade e da posse sobre o bem como legítima dona, inclusive com o pagamento dos tributos respectivos e a utilização do bem em sua atividade comercial (evento 1 - OUT6, OUT7, OUT8).

Assim sendo, em que pese a efetiva transferência administrativa do veículo só tenha ocorrido em 12/06/2012 (evento 1 - OUT5), entendo que a prova produzida é suficiente para afastar a presunção de fraude à execução invocada pela União, impondo-se a procedência dos embargos.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os embargos, nos termos da fundamentação, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC.

Condene a União ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), na forma do disposto no art. 20, § 4º, do CPC. Destaco que, apesar das alegações da defesa, a União promoveu o reconhecimento da fraude à execução por meio de agravo de instrumento e contestou o mérito no presente caso, causando o risco de constrição judicial e impondo inegável resistência à pretensão do autor.

Sem custas (art. 7º, Lei nº 9.289/96).

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução fiscal correlatos. No caso em tela, há ameaça à posse da embargante, notadamente em virtude

da contestação apresentada e do reconhecimento genérico da fraude à execução nos autos principais. Sendo assim, mantenho os honorários advocatícios, conforme fixados na sentença, visto que a embargada deu causa à demanda.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação.

Pois bem.

Inicialmente, supero a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois entendo que as questões suscitadas nos presentes autos foram suficientemente enfrentadas no acórdão recorrido, razão pela qual tenho por satisfeito o requisito do prequestionamento.

No que diz respeito à questão central do recurso, cabe ter presente que esta Corte consolidou, no enunciado da Súmula 375 do STJ, que "o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente". É certo, no entanto, que o entendimento é inaplicável à fraude de execução fiscal, regida por regras específicas.

A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.141.990/PR, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), fixou o entendimento pela inaplicabilidade da Súmula 375 do STJ no que se refere às execuções fiscais.

Segundo o entendimento desta Corte, quando o negócio for anterior à modificação do art. 185 do CTN pela Lei Complementar 118/2005, existe fraude à execução fiscal se a alienação do bem pelo executado tiver ocorrido após a citação do executado na execução fiscal e, em se tratando de ato posterior à referida modificação legislativa, se alienado o bem quando já inscrito o débito tributário em dívida ativa.

A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. ALIENAÇÃO APÓS A CITAÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO ABSOLUTA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 375/STJ.

1. Não procede a suscitada contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu, fundamentadamente, as questões essenciais à solução da controvérsia, concluindo de forma contrária à defendida pela parte recorrente, o que não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

2. Para hipótese ocorrida antes da vigência da referida Lei Complementar n. 118 (9/6/2005), considera-se absoluta a presunção de fraude à execução quando a alienação do bem se dá em momento posterior à mera citação da alienante nos autos de execução fiscal contra ela movida.

3. Com o advento da Lei Complementar n. 118/2005, que conferiu nova

redação ao art. 185 do Código Tributário Nacional, convencionou-se que a mera alienação de bens pelo sujeito passivo com débitos inscritos na dívida ativa, sem a reserva de meios para a satisfação dos referidos débitos, pressupõe a existência de fraude à execução ante a primazia do interesse público na arrecadação dos recursos para o uso da coletividade.

4. Registre-se, por oportuno, que a Primeira Seção deste Superior Tribunal, no julgamento do Recurso Especial n. 1.141.990/PR, de relatoria do em. Ministro Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008, consolidou entendimento segundo o qual não se aplica à execução fiscal a Súmula 375/STJ: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente".

5. Recurso especial parcialmente provido, a fim de declarar a nulidade da alienação do bem imóvel em questão, tendo em vista a caracterização da fraude à execução.

(REsp 1.353.295/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017).

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL EM MOMENTO POSTERIOR AO ADVENTO DA LC Nº 118/2005 E À INSCRIÇÃO DO CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA. FRAUDE À EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 185 DO CTN. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp nº 1.141.990/PR, Relator o Ministro Luiz Fux, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, afastou a aplicação do enunciado da Súmula nº 375 desta Corte às execuções fiscais e definiu que: "(a) a natureza jurídica tributária do crédito conduz a que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (*jure et de jure*) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil); (b) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude; (c) a fraude de execução prevista no artigo 185 do CTN encerra presunção *juris et de jure*, conquanto componente do elenco das "garantias do crédito tributário"; (d) a inaplicação do artigo 185 do CTN, dispositivo que não condiciona a ocorrência de fraude a qualquer registro público, importa violação da Cláusula Reserva de Plenário e afronta à Súmula Vinculante n.º 10, do STF" (DJe de 19/11/2010).

2. Hipótese em que o Tribunal de origem reconheceu a existência de fraude à execução, porquanto o imóvel penhorado nos autos da execução fiscal fora alienado após a inscrição do crédito em dívida ativa, bem como consignou que a executada não comprovou que o imóvel supostamente remanescente em seu patrimônio seria suficiente para a quitação da dívida inscrita.

3. A (eventual) reforma do acórdão recorrido, no que se refere à falta de comprovação de insolvência do devedor, por parte da exequente, bem como à existência de outros bens suficientemente capazes de garantir a execução, demandaria o reexame do substrato fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 770.954/PE, Rel. Min. OLINDO MENEZES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 20/11/2015).

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, verifica-se que a Corte *a quo* decidiu o tema em desconformidade com a jurisprudência deste Tribunal, pois entendeu que a presunção de fraude à execução não seria absoluta.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RI-STJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedentes os embargos de terceiro, invertidos os ônus da sucumbência. Majoro a verba honorária em R\$ 500,00 (quinhentos reais), respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator